



**NÃO É NÃO – COMO CONTRACONDUTAS NA DIREÇÃO DO “CUIDADO DE SI”:  
UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA**

*NO, IT IS NOT – AS COUNTER-CONDUCT IN THE DIRECTION OF “SELF-CARE”:  
A FOUCAULTIAN ANALYSIS*

---

**Maria Simone Vione Schwengber**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS. Mestra em Educação nas Ciências da Saúde pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-RS.

**Naira Leticia Giongo Mendes Pinheiro**

Doutoranda em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-RS.

**Resumo**

Este artigo analisa a campanha Não É Não e alguns de seus desdobramentos. Discutimos essa campanha como manifestação de resistência, de contracondutas (FOUCAULT, 2008) em relação as atitudes de assédio percebidas como atos de violência, que limitam as liberdades individuais e coletivas no que se refere aos corpos das mulheres nos espaços públicos. Propomos um percurso teórico-metodológico para análise inspirado na perspectiva foucaultiana. O *corpus* de análise é constituído por recortes de dizeres enunciativos e de imagens postadas em páginas das redes sociais digitais. Das análises, destacamos que Não É Não reivindica o direito das mulheres de terem seus corpos preservados do assédio e de violências, deslocando-se do lugar submisso que lhes foi (é) imposto. Assim, na campanha Não É Não mobiliza-se a escrita, que produz um deslocamento nos usos e instaurando uma singularidade em relação ao que já foi feito com e por meio dos corpos, e, aos modos de como já foi dito, indica transformações nas regras de enunciabilidades, inaugurando o lugar de fala (pública) desse grupo de mulheres. Entendemos essas ações como contracondutas, como disponibilidade numa relação ética de “cuidado de si”.

**Palavras-chaves:** Assédios. Corpos. Mulheres. Violência. Cuidado de si.

**Abstract**

This article looks at the No Is Not campaign and some of its developments. We discuss this campaign as a manifestation of resistance, of counter-conduct (FOUCAULT, 2008) regarding harassment attitudes perceived as acts of violence, which limit individual and collective freedoms regarding women's bodies in public spaces. We propose a theoretical-methodological path for analysis inspired by the Foucaultian perspective. The corpus of analysis consists of clippings of enunciative words and images posted on pages of digital social networks. From the analysis, we highlight that No Is Not claims the right of women to have their bodies preserved from harassment and violence, moving from the submissive place that was (is) imposed on them. Thus, in the campaign Is Not Does not mobilize writing, which produces a shift in uses and establishing a singularity in relation to what has already been done with and through the bodies, and, as it has been said, indicates changes in enunciability rules, inaugurating the (public) place of speech of this group of women. We understand these actions as counter-conduct, as availability in an ethical relationship of "self-care".

**Key-words:** Harassment. Bodies. Women. Violence. "self-care".

## 1. OS OLHARES LASCIVOS SOBRE OS CORPOS DAS MULHERES BRASILEIRAS

Este artigo analisa a campanha Não É Não (2017-2019) e alguns de seus desdobramentos (materiais), os quais denominamos como manifestações de resistência ou ainda como contracondutas (FOUCAULT, 2008). A campanha organizada por um grupo de mulheres brasileiras adquiriu força e potência em 2018 nas redes sociais digitais e nas ruas do Brasil durante o carnaval.<sup>1</sup> A campanha, em 2019, expandiu e é retomada em outros festejos populares, como os de São João,<sup>2</sup> país a fora.

---

1 É uma das maiores festas brasileiras, o que faz com que o Brasil seja conhecido como o país do Carnaval, embora não é uma festa originalmente brasileira. Carnaval é uma celebração popular com características muito diferentes de uma região para outra. A folia carnavalesca é considerada uma festa com qualidades políticas e satíricas, autorganizada geralmente pela população jovem. Carnaval (em latim *carne levare*) era uma espécie de "despedida da carne", e significava "adeus às carnes". O Carnaval é festejado em diversas espacialidades, como ruas, praças, avenidas, casas, terraços, quintais, clubes e passarelas de samba, que são alguns dos espaços que compõem a geografia carnavalesca (SOIHET, 2008).

2 Caracteriza-se por uma festa/evento geralmente comemorada nos meses de junho/julho no Brasil, e coloca-se entre as maiores do mundo. É uma festa da cultura junino-nordestina, com celebrações que mantêm viva a cultura popular brasileira, rica em crenças, alimentação, danças e músicas. É vista como uma celebração à vida, com espontaneidade e alegria, sendo significativos os encontros das corporeidades, especialmente na sua acepção como ser comunicativo e social (NÓBREGA, 2010).

Guiamos nossa análise inspirada em Foucault (2008, p. 110), entendendo essa campanha como uma “resistência e/ou contraconduta (atitude crítica)”, um embate desencadeado por um grupo de mulheres brasileiras numa recusa das subjetividades submissas impostas a elas pelos mecanismos identificatórios de poder, de abuso, de assédio<sup>3</sup> dos homens sobre corpos delas. Uma certa recusa às condutas exercidas por Outrem, de exploração dos corpos das mulheres.

Atitudes como abuso verbais e sexuais, assédios, agressões aos corpos das mulheres são quase ações rotineiras de violência, nos diferentes contextos sociais brasileiros. Pode-se afirmar que é muito raro encontrar mulheres brasileiras que não tenham passado por situações constrangedoras de violência contra seus corpos, tais como as que seguem:

Tinha 11 ou 12 anos, estava num ônibus indo para a escola, um homem colou em mim e começou a se masturbar, tentei achar um espaço para fugir, mas ele bloqueava todos os meus movimentos com o corpo [...].  
Eu tinha 14 anos e me hospedei na casa dos meus padrinhos no Rio, no meio da noite acordei com o padrinho chupando meu pescoço.  
Eu tinha 15 anos e era virgem, estava com o namorado no quarto dele dando uns amassos. Ele quis me penetrar. Eu disse não. Ele me estuprou.  
Eu tinha 26 anos, era dia das mães. Levei minha filha pequena ao cinema a tarde. De repente vi um movimento do lado dela, um homem tinha tirado o pau pra fora e se masturbava.  
Um político que ao me cumprimentar em um evento público, lambeu a minha orelha (BRUM, 2018).<sup>4</sup>

Abusos, assédios, uma série desses e outros comportamentos que incomodam, importunam, humilham, perseguem, tolhem a liberdade, cerceiam, embaraçam; ações que colocam geralmente as mulheres em posição de subalternização num processo de enredar-se na fetichização de seus corpos, modos herdados de uma cultura patriarcal da imagem da mulher aceitável/passível e submissa aos desejos masculinos. O olhar “lascivo” de contemplar; de acordo com o dicionário Aurélio *on-line* (2019), é um “olhar com admiração que apresenta uma

---

3 O que pode se manifestar de muitas formas, algumas mais explícitas e outras mais “veladas”, como: assédio psicológico, verbal, digital, no trabalho, sexual. O delito de assédio sexual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro-penal pela Lei 10.224, de 15.5.2001.

4 Vídeo publicado no 15º Fórum do Pacto Global, realizado no dia 16 de maio de 2018, no Masp, na cidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/quebrandootabu/videos/1931776976878680/>>.

inclinação para os prazeres; característica daquilo que está destinado à libidinagem ou do que possui uma inclinação para a sensualidade, erotização.”

A contemplação lasciva é o ato de, sem tocar, mesmo à distância, satisfazer a libido com a/o alheia/o. Os corpos das mulheres brasileiras são vistos como detentores de um capital simbólico associados à sensualidade, como vestígio de uma moral lasciva, associada a uma “mulher desfrutável”, hipersexualizada como destaca Beleli (2010, p. 14).

Assim, um grupo de mulheres no Brasil têm reivindicado mover os corpos nos espaços públicos, principalmente nas ruas, buscam tensionar as hostilidades de olhares lascivos e os comentários essencialmente quando não as percebem como pessoas, mas, sim, como objetos. Para as mulheres, as cidades nunca foram um lugar dado; pisar nas ruas é sempre um ato de reivindicação de que a cidade seja delas também. Reivindica-se a cidade como espaço de presença e livre de violências misóginas. Reclama-se uma cidadania, diversa daquela dada do patriarcado (THINK, 2016).

Rozados (2019) chama-nos a atenção de que o mapa geográfico das cidades brasileiras em que as mulheres circulam é menor do que o mapa dos homens; o espaço público é extremamente condicionado ao gênero; horários, regiões das cidades, meios de transporte, parques, praças, *Campus* universitários. De um modo geral, as mulheres têm medo de andar em muitos desses lugares em razão das reiteradas histórias de violência, assédio, estupro. Algumas deixam de aceitar trabalhos, de estudar, porque teriam de andar a pé à noite e/ou pegar um ônibus ou metrô em lugares ermos. Como afirma Brum (2018), ser mulher no Brasil “(...) é também ser um corpo que não se sente seguro em lugar algum”.

Entendemos que precisamos falar sobre insegurança das mulheres nos espaços públicos. Inclusive é comum ouvirmos: “[...] tenho medo de sair à rua sozinha, e há coisas que não faço, por exemplo, não saio em qualquer horário, não uso roupas apertadas, porque se saio assim logo sou chateada. E como reajo eu não saio assim [...]” (THINK, 2016). A partir do momento em se que insulta, aborda, toca, puxa sem consentimento, está desrespeitando elas, os seus corpos.

A afirmação de uma cultura patriarcal implicou (implica) extenso e complexo repertório de estratégias e de atitudes que ordenam os sentidos sobre as mulheres como objetos para a posição de poder dos homens, naturalizando-os. Algumas dessas atitudes destacadas aqui, para muitas mulheres, passaram despercebidas.

Num curto período de tempo, um grupo de brasileiras têm se movimentado e rebatido essas falas, toques, piadinhas, entre outras formas de chamar a atenção, denominam esses atos como assédio e violência. Esse modo de denominar discursivamente essas situações dá sentido e define qual é o limite, quando dizem: “Depois do não, o resto é assédio”. Então afirmam fortemente Não É Não. Nessa perspectiva, algumas resistem, com expressões: “Tire suas mãos do meu corpo”. Esses e outros enunciados pulsam na campanha Não É Não. De fato, parece que não se tem sido indiferentes sobre essas atitudes, e está abrindo-se espaços para falar sobre isso. Até então havia quase que um silenciamento social sobre o tema, e esse não ajuda a diminuir a violência, como afirma Rajagopalan (2003, p. 41): “Abordar, trazer à luz, discuti-lo, de maneira a poder afetá-lo de alguma forma”.

Numa perspectiva discursiva de linguagem, é possível discutir e produzir outros sentidos que deslocam as práticas discursivas que afetam e desestabilizam, dizer e agir com um Não É Não. Com isso, nessa posição de enfrentamento, vemos a emergência de “novos” sujeitos – um grupo de mulheres – que falam em público, criando outras condutas. Quem, todavia, são elas? São mulheres que combatem as piores facetas dos costumes machistas que ainda veem os corpos das mulheres como passíveis de serem infringidos. Abusar, mexer (nas suas várias maneiras) é, de algum modo, admitir que o corpo delas lhes pertence. Os corpos das mulheres foram historicamente aprisionados e subjugados às ordens do masculino, com os homens tendo o direito de controlar a vida (o corpo) delas como se elas fossem suas propriedades (PERROT, 2005).

A história das mulheres é, em parte, a história de seus corpos, como destaca Perrot (2005), mas de corpos dos quais elas não “têm sido donas” (SCHWENGBER, 2006, p. 189), uma vez que os mesmos são vistos como objetos e/ou como corpos em função dos outros, o que gera uma história de expropriação; corpos das mulheres vistos para satisfazer os desejos masculinos, procriar, cuidar dos filhos. Parece que “os corpos das mulheres são de todos menos delas” (PERROT, 2005, p. 12). Ou ainda podemos perguntar: são corpos? Ou são tomados como pedaços de carne? No Brasil é ainda pior se for corpos de mulheres negras, pois esta é tratada como “carne” barata, como acrescenta Sakamoto (2018, p. 3).

A campanha Não É Não parece demarcar um posicionamento de resistência das mulheres direcionadas a elas. Existem muitas outras campanhas de proteção no Brasil, desenvolvidas pelo Ministério Público, da Saúde, da Segurança Pública, das

Delegacias das Mulheres, como Defensorias Públicas, Defensoria da Mulher e Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), estes vão desde cartilhas e cartazes até aplicativos (por exemplo Waze do abuso, Sai pra lá) e dispositivos, como disque denúncias. Há, também, muitas outras iniciativas, como o evento Fashion Week em São Paulo em 2018, que colocou frases curtas em alguns corpos de manequins, como: “Decote não é convite”, “Minha saia não é permissão”, “Sempre é bom lembrar que o estupro veio antes da minissaia”. Destacamos ainda, outras ações, como as da ONU Mulheres, das diferentes ONGs e as muitas hashtags – #MeuPrimerioAssédio, #CarnavalElesPorElas –, que se somam à #NãoÉNão.

Nesse contexto de contracondutas, vale enaltecer que o tema relativo ao corpo da mulher como objeto, destinado a servir aos desejos do outro, tem sido explorado. Na arte e na própria música popular brasileira, destacamos como exemplo Rita Lee, que, por muitos anos, vem ajudando a fissurar o olhar patriarcal e machista voltado aos corpos das mulheres brasileiras: “Nem toda brasileira é bunda” (LEE, 1979). Há, portanto, como mostramos, um conjunto de artefatos educativos que chamam a atenção de que o corpo da mulher “não é um pedaço de carne” (Não É Não, 2019) e, por consequência, não mais está renegado a uma semicidadania, pois mulher não é objeto de posse, mas, sim, sujeito de direito.

Refletir sobre a campanha do Não É Não é pensar, sobretudo, a posição de um sujeito que rompe com a permissão/submissão às vontades masculinas, e produz “contracondutas (atitudes críticas)” (FOUCAULT, 2008, p. 110) quando alguém toca seus corpos sem consentimento. No efetivamente dito Não É Não, emerge uma moral distinta. A singularidade está na aparição de não se submeter à sujeição do Outro, e passa a significar a sua própria maneira de conduzir-se. É uma afirmação de um trabalho ético de resistir e de um se posicionar sobre si (RAGO, 2013). Na atualidade, como nos lembra Foucault (2008), dizer-se livre significa ter condições de assumir-se como sujeito moral de sua própria conduta, de recusar-se à sujeição ao outro, no caso, de se subordinar à vontade e julgamento dos homens, e de sujeitar-se a si mesma.

As redes sociais digitais tem potencializado campanhas como essa, tensionando embates sobre o silêncio das mulheres (PERROT, 2005). Manifestações que começam nas ruas, ampliam-se a partir de movimentos nas redes sociais digitais, seja através da criação de um perfil para a campanha Não É Não, a criação de de memes com rápida espalhabilidade ou partir de hashtags, fazendo com que se

extrapole os espaços comuns, mobilizando diferentes formas de ativismo político justamente na articulação entre os espaços das redes e das ruas. As mulheres encontram nas redes sociais digitais uma abertura para o diálogo político, rompem domínios até então não permitidos.

Assim, escolhemos a campanha Não É Não e alguns de seus desdobramentos (materiais) veiculados nas redes sociais digitais para analisarmos alguns fragmentos que entendemos como “contracondutas”. Interessa-nos identificar quais os signos de resistência, de protesto de ordem (conservadora), e que podem sugerir formas subversivas (sociais e políticas) das mulheres experimentar e viver do/nos seus próprios corpos.

## 2. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

condições: representacional, (inter)acional e identificacional. Fairclough (2001) propõe que os/as pesquisadores/as explorem o caráter multifuncional dos materiais, apresentando-os como dimensão discursiva textual e imagética, com uma contribuição que retoma, incorpora, questiona e ironiza os enunciados. Para Fairclough (2001), as imagens nunca aparecem isoladas; elas estão quase sempre marcadas de elementos verbais enunciativos, e, portanto, devemos pensar a relação entre materialidades (verbal e imagética) como operadora de memória.

Deste modo, as materialidades selecionadas vão desde enunciados até imagens e cartazes disponibilizados nas redes sociais digitais. Exploramos as materialidades discursivas que tratam dos corpos das mulheres, sobretudo as criadas como forma de contracondutas ao machismo, partindo de Foucault (2010), que assevera que o discurso é uma forma de poder, que constrói a prática. Assim, a escolha por esses enunciados e imagens está articulada ao olhar foucaultiano, para quem o discurso compreende embates e lutas discursivas e não discursivas nos domínios da história e das formas, tendo em vista os jogos de relações estratégicas no âmbito de uma demanda histórica circunscrita. As disputas em torno dos discursos não são somente simbólicas.

Na perspectiva foucaultiana o sujeito é construído historicamente por meio de práticas discursivas, de efeitos dos poderes e dos modos pelos quais ele relaciona-se consigo mesmo. No caso do sujeito – a mulher –, como destaca McLaren (2016), ele constitui-se a partir de relações de poder normativas e também de possibilidades de

resistências na produção de suas subjetividades e dos seus corpos. É um pouco desse contexto que discutiremos na seção de análise.

### 3. AS RELAÇÕES DE FORÇA NA E PELA LINGUAGEM ESCRITA NOS CORPOS

A partir desta seção procuramos mostrar e analisar alguns enunciados e imagens referentes a campanha Não É Não. As repercussões das campanhas mundiais, tal como #MeToo, #MexeuComUmaMexeuComTodas, #AgoraÉQueSãoElas, produziram outras, como a Não É Não no Brasil. Essa emerge com caráter semelhante a partir de um coletivo feminista, criado, ainda em 2017, por um grupo de amigas após um abuso sofrido por uma delas em um bloco de samba de carnaval<sup>5</sup>. Inicialmente, 40 mulheres, motivadas por essa causa, passaram a contribuir financeiramente para a confecção de tatuagens com a inscrição Não É Não. Num curto espaço de tempo, o financiamento coletivo foi alcançado e passaram a distribuir cerca de 4 mil tatuagens pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

A campanha extrapolou as fronteiras do Estado e alcançou, no ano de 2018, outros Estados, como Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Paraná. Em 2019, obteve um alcance inclusive maior, o que demonstra que a causa encampada, inicialmente por esse grupo, estava represada e tomou dimensões alargadas ao ter se estendido para outras festas populares.

Inclusive a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres (SEDHMI), sensibilizada, lança campanha semelhante em 2019, com o

---

<sup>5</sup> A campanha manifesta-se contra todos os crimes tipificados no título que trata dos crimes contra a dignidade sexual constantes no Código Penal Brasileiro (CP) de forma que possa ser exercido pelas mulheres o direito a sua sexualidade, ou seja, a faculdade de escolher livremente seus parceiros sexuais, dispondo assim, livremente de seus corpos. Dessa forma, o CP tipifica, em seu artigo 213, a conduta de “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” como crime de estupro. Já no artigo 215-A do CP consta a tipificação da importunação sexual com conduta típica descrita como “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”. Encerrando o capítulo encontra-se tipificado no artigo 216-A do CP o crime de assédio sexual sendo a descrição do tipo penal “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”.



seguinte enunciado: **“Carnaval é curtidão, respeita o meu não”**, contra o assédio sexual durante o carnaval. A ideia é que homens e mulheres lutem contra o assédio a partir da conscientização. No ano de 2019 a campanha Não É Não assumiu um caráter nacional, fez parcerias com blocos de carnaval e promoveu diferentes ações a partir de páginas nas redes sociais digitais, com vídeos, cartazes, cartilhas e memes de conscientização. A mensagem da campanha Não É Não consiste em denunciar os assédios, que passam a ser percebidos como atos de violência e como crime, culturalmente estas situações aumentam muito na época do carnaval, muitas vezes, isso é justificado erroneamente, por este ser uma festa em que se tem a sensação de que tudo é permitido, por ter corpos em proximidade, de euforia que não indicam de modo algum permissividade ao corpo do Outro.

Ao exprimir a consciência de que assédio é uma violência (um crime), essas campanhas desdobram-se em muitas outras, como #UmaMinaAjudaAOutra e #FoliaComRespeito, que promovem a união entre as mulheres no Carnaval contra o assédio. Sublinhamos que a campanha Não É Não produz um “ambiente informacional” multidirecional, complexo e com níveis distintos de controle que fornece um conjunto de informações de diferentes fontes – usando redes sociais digitais, como o Facebook e o Instagram, reportagens em jornais impressos e na televisão e canais do YouTube, que se conectam informalmente aos receptores/sujeitos (FAIRCLOUGH, 2001). Isso, dentre outras articulações, gera efeitos.

Figura 1 – Fixação da tatuagem da campanha Não É Não no corpo



Fonte: Instagram de 08 de nov. de 2017.

A imagem que lançamos se encontra publicizada na rede social digital Instagram, vem acompanhada do seguinte enunciado:

[...] Com o passar do tempo, o feminismo apontado como o mais bem-sucedido movimento social do século passado, pintou um horizonte de possibilidade às mulheres, que hoje podem ser o que quiserem e andar por

onde quiserem. Mas o movimento de outrora, cuja queima de sutiãs se tornou episódio símbolo, segue reinventando na pele, agora retoma o corpo para se expressar (Não É Não, 2019).

Como podemos ver, a começar pela imagem da Figura 1, a escrita nos corpos é impulsionada por um modo de gerir, que entendemos como de resistência, que projeta os significados de um corpo não mais censurado para um corpo exposto para ser vivido existencialmente. Há um deslocamento de como apresentar os corpos, de se apropriar deles e de um desejo individual delas.

Esse grupo de mulheres significa a presença e a visibilidade de seus próprios corpos produzindo outros sentidos. Assim, mobiliza-se um certo deslocamento, instaurando uma singularidade em relação às manifestações ao que já foi feito historicamente com e por meio dos corpos<sup>6</sup> e aos modos de como já foi dito. Com isso, podemos afirmar que a escrita nos corpos talvez indique transformações nas regras de enunciabilidades dos corpos e, sobretudo, deslocamento do lugar de fala das mulheres (ou desse grupo de mulheres).

Assim, a sujeição do corpo ao Outro (aos muitos assédios, abusos, violências) tem possibilidade de ser invertida mediante a “consciência” do direito de ir, vir e estar, mas principalmente ligado ao “direito que as pessoas têm de não serem vítimas de indignidades” (DWORKIN, 2009, 334). Um tipo de consciência relacionada a uma noção de liberdade (individual sobre seus corpos) potencializada, inicialmente, por um grupo que, com o passar do tempo, ganha mais adeptas/os. Entendemos que a singularidade dessa campanha está na aparição de uma nova maneira, como o excerto também destaca, em que os corpos das mulheres passam a ser ressignificados.

As palavras são escritas na pele para dizerem o que sentem, numa posição a fim de impedir que ações hegemônicas da cultura patriarcal se perpetuem. Há reações: “o lugar de fala e de escrita” da campanha Não É Não, com os corpos desse grupo de mulheres materializando uma forma e um espaço para se fazer visível e dizível; os corpos expostos como modo de resistência talvez para desconstruir o olhar lascivo, erotizado, olhar esse que o torna(va) um objeto de deleite do masculino. A

---

<sup>6</sup> Após Convenção Nacional Democrata, em setembro de 1968, as ativistas do *Women's Liberation Movement* realizaram no mundo um protesto que eternizou na história a queima de sutiãs, demarcando a luta que foi responsável pela conquista de uma série de direitos e pela abertura da atual discussão sobre igualdade de gênero.

escrita como uma fala pública, um mecanismo que se serve a esse grupo na sua luta por atingir um espaço de igualdade e de respeito nos círculos de relacionamentos entre homens e mulheres.

Na mesma direção, a imagem e o enunciado a seguir parecem assinalar que essa é uma luta (reinvidicação) além de si (desse grupo) e para muitas outras gerações de mulheres.

Figura 2 – Print screen de imagem de mãe e filha na campanha Não É Não



Fonte: Instagram de 18 jan. 2019.

Os enunciados que acompanham a Figura 2 trazem um discurso que emerge para além das tatuagens, que é o da conscientização sobre os abusos e violências, para uma luta de muitas gerações, vai na direção de que, no momento em que se alcançar o seu propósito, deixar de existir. Além disso, outra marca de singularidade dessa publicação é evocada pela cor diferente das imagens, pois apenas essa postagem é publicada em preto e branco. Por meio desse artifício gráfico, a publicação parece determinar o lugar da diferença, da raridade, daquilo que foge à normalidade publicizada e, por este motivo, pode ser tomada como um acontecimento discursivo

---

7 Opta-se por trazer nesta figura um recorte da legenda da imagem para fins de compreensão da mesma.

diferente dos demais. Evoca um devir, um presente e aponta para o futuro, que se constitui com o olhar mais sensível do cuidar das outras gerações de mulheres. A Figura 2 e o excerto formam uma aliança, travada com uma espécie de metalinguagem e delimitam uma ordem visual e discursiva.

Destaca-se os sentidos produzidos no encadeamento dos planos em que aparecem a mulher de hoje e a criança como mulher do futuro, numa construção discursiva das mulheres em uma ação política de longo prazo. Essa singularidade também é marcada na Figura 2 quando aparecem as duas como solidárias; fica potente a associação, por memória discursiva, da sensibilidade com o/a Outro/a como uma característica das mulheres. Pode ainda ser pensada na história dos “infames”, como destacado por Foucault (2010b), das vidas destinadas a não passar mais por baixo desse discurso e a desaparecer sem nunca serem faladas; “[...] a partir do momento que denunciam, o contato com o poder de falar, de escrever” (p. 207-8), as mulheres, no caso as infames, suscitam o princípio democrático de que “existem”.

O enunciado da campanha Não É Não nos corpos parece criar um outro referencial enunciativo na lógica comunicacional e discursiva, diferente dos que estamos acostumados; os corpos não mais como instâncias vulneráveis, mas como estratégias de embates e lutas; corpos enunciativos, com uma função política de “contracondutas” e de atitude crítica, por estados de poder que coloca/colocavam as mulheres e seus corpos historicamente em posição de inferioridade, de quem deveria sujeitar-se ao desejo de outrem.

Além do uso do corpo na comunicação, observa-se que essa campanha orienta-se por outro enunciado que é de negação a partir da palavra “não”. A recorrência da linguística do Não É Não demarca o posicionamento do tipo de escuta que observamos nos inúmeros cartazes, tatuagens, memes e demais publicações nas redes sociais digitais, como “Meu corpo não é teu, não te dá o direito”, “Nosso corpo nos pertence”, “O corpo da mulher pertence à mulher”, “Eu que decido quem tem acesso ao meu corpo”, como é possível ler na Figura 3, por exemplo.

Figura 3 – Corpo de mulher com escritas



Fonte: Google imagens de 20 jan. 2019.

Enunciados marcados pela positivação “Eu não sou coisa!” e “Meu corpo me pertence”, vão na direção do que Foucault (2008) nos ensina a pensar sobre quanto os discursos se deslocam e são reformulados. Ainda, como tensiona Louro (2000, p. 8): “os corpos são significados pela cultura, e, continuamente, por ela alterados.” Por essa discursividade, o corpo é, nessa campanha, ressignificado por um grupo de mulheres como forma de protesto, como espaço para manifestar e exigir seus direitos. Destaca o deslocamento da posição da mulher de objetivação para subjetivação. A liberdade é significada como controle próprio (subjetivo) de cada mulher, numa perspectiva ética de resistir, de recusar-se à sujeição ao Outro e sujeitar-se a si nos modos de conduzir-se.

Consideramos que, no contexto da campanha, as discursividades, por conta de novas configurações de recursos tecnológicos, valem-se de outras produções visuais para destacar o que se pretende enunciar, como a Figura 4 nos apresenta.

Figura 4 – Cartaz da campanha Meu corpo não é público



Fonte: Pinterest de 13 de jan. 2019.

Na figura 4, podemos observar o jogo de cores usados, o amarelo como a cor de alerta e de atenção combinado com o roxo usado no olho, a cor do feminismo. As cores também são usadas para destacar o enunciado de representatividade e resistência: “Tire seus olhos de cima de mim”. Aqui o enunciado da campanha Não É Não é aliado a um novo enunciado: “Meu corpo não é público”, recorrendo a outros elementos linguísticos e políticos, que fazem referência a um sujeito político de ações públicas, mas a um corpo que não é público.

Recorremos a Foucault (2010a, p. 31), que nos instiga a compreender os enunciados “[...] na estreiteza e singularidade de sua situação; [...] de determinar as condições de sua existência, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação se incluem [...],” como podemos observar a partir da Figura 4. O que pode ser esboçado nesse enunciado é que o fato de dizer “Tire seus olhos de cima de mim!” assume uma força para a luta e a coragem de um dizer, que modifica a relação de comunicação das mulheres. A intimidade que invade o espaço público personalizou-se, e agora diz ao pé do ouvido, numa conserva simples, ordinária – o que faz emergir uma “língua líquida” (BAUMAN, 2006, p. 132).

Percebe-se, então, uma passagem à ampliação da potência, da contestação, da desconstrução. São “contracondutas” que colocam em resistência um posicionamento de conduzir-se diante de situações machistas. Como nos ensina Foucault (2010b, p. 256-257), as “contracondutas”

[...] são movimentos que têm como objetivo outras condutas, isto é: querem ser conduzidos de outro modo, por outros condutores e por outros pastores, para outros objetivos e para outras formas de salvação, por meio de outros procedimentos e outros métodos. São movimentos que também procuram, eventualmente em todo o caso, escapar da conduta dos outros, que procuram definir para a maneira de se conduzir.

Foucault recorre, nessa passagem, à palavra salvação a partir do pressuposto da antiguidade grega, com conotações de alerta, de resistência, de domínio, de soberania de si, não no sentido que a expressão tem hoje. Foucault (1995, p. 234) viu nas “contracondutas [...] um modo de luta por novas subjetividades”, por novos modos de ser. Talvez esse grupo de mulheres busca constituir a si mesmas, recusando uma

subjetivação (subordinada, silenciada) que há séculos foi imposta a elas. É sob a ótica das “contracondutas” que se cria as condições para as resistências e para a emergência de vozes que foram silenciadas. Entendemos que a campanha Não É Não produz fissuras que favorecem a manifestação de vozes agora públicas, pois estão fartas, como se enuncia na publicação a seguir (Figura 5).

Figura 5 – Meu corpo não é público



Fonte: M de Mulher de 13 de jan. 2019.

A figura 5 contribuí para, da mesma forma que a figura anterior a pensar no jogo de cores entre o roxo e o amarelo e o uso do ônibus como ilustração central. Considera-se que nos ônibus, metrô e outros transportes públicos como lugares que frequentemente acontecem assédios.<sup>8</sup> Os enunciados: “Term. sacco cheio” e “lotado de impunidade”, articulados com a #MeuCorpoNãoÉPúblico fazem referência ao que entendemos como construções discursivas que buscam conceber espaços de discussão, de enfrentamento na articulação com a campanha Não é Não.

Assim, entendemos a campanha Não É Não como uma “contraconduta” porque, em parte, aponta um “lugar de fala” desse grupo de mulheres, uma espécie de estratégia política de contra-argumentação. Um grupo de mulheres, que atento às resistências e às “contracondutas”, saí das esferas privadas para as públicas no campo das subjetividades, da política e da cultura, a partir da capacidade de usar suas vozes para contestar as atitudes instituídas que ganham destaque no tempo presente, e também como uma resposta ao que Gayatri Spivak (2010) chama de a “violência

---

8 <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/18/97percent-das-mulheres-dizem-ja-ter-sido-vitima-de-assedio-no-transporte-publico-e-privado-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>

epistemecida”, quando descreve como as vozes em que foram sulcadas, aqui a das mulheres, suas consequências sociopolíticas. Essas “contracondutas” passam pela linguagem, indo do não dito para o dito. As mulheres que sofrem a violência não têm mais como única opção calar-se e se alinhar ao sentimento de medo, ou, ainda, de culpa, uma vez que o silêncio não é mais regra/norma como já foi em outros tempos.

Nesse caso, podemos pensar a campanha Não É Não como uma forma de ação política no mundo da linguagem, a partir de sua enunciação como reação a uma posição hegemônica e histórica de silêncio. Como sugere Foucault (2004), as “contracondutas” são movimentos éticos de resistência, por meio dos quais o sujeito, no caso esse grupo de mulheres, contrapõe-se às normas de comportamento, ensaiando insubordinações e outros modos de viver (FOUCAULT, 2004). As vivências desse grupo de mulheres nos incitam a discuti-las nesses termos, buscando entrever as lutas contra as formas de sujeição e de submissão possibilitadas pelo cuidado de si.

#### **4. O CUIDADO DE SI: SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA FORMAÇÃO ÉTICA ÀS PEQUENAS-GRANDES ATITUDES**

Foucault (1990) afirmou, primeiramente, que as resistências e/ou as “contracondutas” dependem de uma tomada de posição ética, de uma atitude de “cuidado de si”, de assunção de uma “atitude crítica”, do estabelecimento de um governo sobre si próprio, da criação para si de uma subjetividade (amiúde acompanhada de uma recusa das subjetividades impostas pelos mecanismos identificatórios espalhados pelo corpo social), da adesão livre e racional a um dado estilo de existência, e da atitude crítica como “a arte de não ser governado de uma maneira determinada” (FOUCAULT, 1990, p. 38); atitude crítica do presente que conduz à verticalidade de nós mesmos, aquilo que Foucault (1990, p. 39) designará como “um *ethos* filosófico, uma crítica permanente do nosso ser histórico”.

As reflexões foucaultianas (1990) permitem-nos pensar a campanha Não É Não como uma legitimação e invenção de uma “micropolítica”, em que o sujeito organiza a própria existência – uma “arte de viver” instituindo o exercício do governo de si. O governo como Outros (o grupo) tem no pressuposto ético o governo consigo. A política, para Foucault (2008), nasce como resistência que se constitui atitude crítica, que é, por excelência, uma atitude ética consigo. Foucault (1990) vincula a



ética e a política. Se a indagação guia nossa empreitada, a forma assumida é a resistência. A assunção de uma postura ética de si já “é uma tomada de posição política” (FOUCAULT, 1990, p. 40).

A campanha a partir do enunciado Não É Não representa uma atitude crítica (pública) que corporifica-se e se liga ao direito fundamental da dignidade da pessoa humana. Foucault (2008) aproxima a decisão à atitude crítica da definição de *Aufklärung*, dada por Kant, como a saída de menoridade; menoridade, esta descrita como a “incapacidade de fazer uso de seu entendimento em direção ao outro” (FOUCAULT, 2008, p. 63-64). Acrescenta, ainda, que a menoridade “não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de coragem de servir-se de si mesmo em direção a outrem. *Sapere aude!* Ter coragem de fazer uso de próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento” (FOUCAULT, 2008, p. 63-64).

Foucault (2008, p. 1.267) identifica *Aufklärung* como “a vontade decisória de sair da menoridade, a vontade decisória como atitude individual e coletiva de não se deixar conduzir por Outrem”, aqui, neste caso presente na atitude crítica de não se submeter aos assédios dos homens. Foucault (2008) repensa a *Aufklärung* com o esforço permanente para interrogar as racionalidades que nos regem, o que pode chamar de uma empreitada crítica, ligada à ontologia do presente, “uma ontologia da atualidade, uma ontologia de nós mesmos” (FOUCAULT, 2002, p. 22). Para Foucault, *Aufklärung* é a atitude crítica como uma forma de cuidado de si

Foucault propõe, justamente, pensar uma resistência calcada no princípio que ficou relegado ao esquecimento – o cuidado de si; da injunção ética de autossubjetivação, mediante a aplicação a si de certas práticas ou técnicas específicas. Esse cuidado de si, no entanto, já está subordinado às exigências do conhecimento de si. A propósito, o cuidado de si “consistirá, precisamente, em dispô-las e subordiná-las ao grande princípio do ‘conhece-te a ti mesmo’” (FOUCAULT, 2004, p. 86).

Trata-se do cuidado em se apresentar em público, da aquisição do *aidós*, que faz com que se respeite a si mesmo por intermédio do respeito que se tem para com o outro. É o que nos lembra também Grosz (2002, p. 11): “cuidar de si não é, com efeito, debruçar-se sobre si para se conhecer, não é abandonar-se a uma introspecção fascinada ou hipocondríaca [...]. Cuidar de si é se constituir como sujeito de ação, capaz de reagir de maneira direita e firme aos eventos do mundo”.

Pode-se afirmar que cuidar de si é “descobrir seu pertencimento a uma

comunidade humana” (GROSZ, 2002, p. 11), como o fez o grupo de mulheres que lançou a campanha Não É Nao. É, portanto, dar a si mesmo as regras do próprio engajamento político. Ora, sendo assim, a campanha Não É Não é uma forma de micropolítica; a condução sob a insígnia do “cuidado de si” – enquanto serve à ação micropolítica, de resistências; um discurso político que denuncia a tradicional representação dos corpos objetificados das mulheres. Os corpos das mulheres manifestam essa necessidade de resistência, e elas não se colocam mais como simples observadoras nesse processo. Assumem, por conseguinte, a posição de sujeitos da ação política, apresenta sua opinião a partir de duas posições: o ativismo político e a manifestação discursiva.

Para Foucault (2008), a questão do corpo e a retomada do controle estão fundamentalmente ligadas a uma reorientação política. Politizar o corpo significa trazer as questões particulares que se tornam públicas, que são percebidas não mais como expressões do sujeito ou próprias de uma mulher, mas compreendidas e identificadas pelo conjunto das mulheres. Nesse sentido, a percepção das mulheres com relação à construção cultural de seus corpos e os lugares que eles ocupam, é fundamental na afirmação dos seus discursos. Assim, para elas, transformar o silêncio e assumir as dificuldades na articulação retórica, é criar oportunidades para imprimir outras práticas, outras experiências.

## **5. NÃO É NÃO: O CORPO DAS/PELAS MULHERES**

As considerações estabelecidas até aqui não se revestem de caráter conclusivo, pois não pretendemos, neste momento, declarar como finalizados os estudos acerca da análise dessa campanha.

Neste artigo analisamos uma campanha conduzida por esse grupo de mulheres, e verificamos um discurso que, supostamente, promove uma imagem de mulher que reivindica o direito de apropriação de seu corpo. Esse discurso estaria alinhado às transformações sociais das últimas décadas, que tornaram a mulher mais independente, mais “dona” de suas escolhas e, portanto, menos submissa ao Outro. A campanha Não É Não consegue colocar luz em questões que, por muito tempo, ficaram obscurecidas. Quando as mulheres se posicionam, falam, conversam, o pensamento, as atitudes, se modificam, subvertendo as ordens.

Considera-se que a campanha produz uma série de produções discursivas

que se mostram como “contracondutas”. Isto é, assumem uma postura que parece ser de resistência, mesmo em um contexto que aparenta estar regredindo para um conservadorismo. A campanha, como uma micropolítica que busca romper com o discurso da submissão, do silêncio, de fato, auxilia para manter viva e vigorosa a resistência das mulheres. O rompimento com o discurso que reforça a relação de submissão, propicia atitudes em assumir responsabilidades por si mesmas. Se, por um lado, as mulheres têm sido subordinadas, por outro, por meio de seus corpos, resistem. Foucault (2008) acredita que o domínio do discurso está diretamente ligado ao domínio do próprio corpo e, para que haja possibilidades de deslocamentos de posições, é necessário que uma questão não esteja desvinculada da outra e que as possibilidades de questionamentos estejam em aberto.

Vislumbramos os deslocamentos de alguns sentidos e a compreensão de como estes, cristalizados, podem ser ressignificados. Este artigo é uma forma de resistir e explicar, pela linguagem, como as mulheres (um grupo delas) vão resistindo e se constituindo. Também é uma maneira de digerir o incômodo, destacando que as violências com os corpos das mulheres não são ficção. Buscamos mostrar a voz de um grupo de mulheres brasileiras que não têm silenciado às grandes e às pequenas violências. Um movimento capaz de construir redes de indignação, de solidariedade, de esperança, além de possibilitar que casos de violências, antes ignorados, por exemplo, sejam agora problematizados, politizados. Um movimento que está longe do fim.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BELELI, Iara. Imagens de brasileiros/os no atravessar das fronteiras: (des)organizando imaginários. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS SOBRE IMIGRAÇÃO BRASILEIRA NA EUROPA, 1., 2010, Barcelona. **Atas ...** Barcelona, nov. 2010. p. 121-128.

BRUM, Eliane. FÓRUM DO PACTO GLOBAL 2018. São Paulo: Masp, 16 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/quebrandootabu/videos/1931776976878680/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

DWORKIN, Ronald. **Domínio da Vida: Aborto, Eutanásia e Liberdades Individuais**. Tradução Jeferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2009, 384 p.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Coord. e tradução Izabel

Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 160 p.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e o direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002, 328 p.

FOUCAULT, Michel. O que é o iluminismo. *In*: ESCOBAR, C. H. (org.). **Dossier Foucault**. Rio de Janeiro: Taurus, 1989. p. 103-112.

\_\_\_\_\_. O que é a crítica. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. Tradução Gabriela Lafeté Borges, revisão Wanderson Flor do Nascimento. **Bulletin de la Société Française de Philosophie**, v. 82, n. 2, p. 35-63, avr./juin 1990. Disponível em: <<http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>>. Acesso em: 20 de Mai 2019.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249

\_\_\_\_\_. **Sécurité, territoire, population**. Paris: Ed. Du Seuil, 2004, 432 p.

\_\_\_\_\_. O que são as Luzes? *In*: MOTTA, Manoel Barros da. (Org.). **Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Vol. 2. 2. ed. Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, 468 p.

\_\_\_\_\_. O governo de si e dos outros. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010a, 384 p.

\_\_\_\_\_. A vida dos homens infames. *In*: MOTTA, Manuel Barros da. **Ditos e escritos IV. Estratégia, poder-saber**. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. p. 203-222.

GROSZ, Elizabeth. Futuros feministas ou o futuro do pensamento. *Labrys Estud Femin*, número 1-2, julho/ dezembro 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/grosz1.html>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LEE, Rita. Pagu. 1979. Disponível em: <<https://www.letras.com.br/rita-lee/pagu>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In* Guacira Lopes Louro (Org.) O corpo educado: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, 176 p.

MCLAREN, Margaret. Foucault, feminismo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2016, 284 p.

M DE MULHER. Meu corpo não é público. Disponível em: <<https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/meucorponaoepublico-mulheres-se-mobilizam-em-campanha-incrive/>>. Acesso em: 13 jan. 2019

NÃO É NÃO. Campanha Não É Não. Disponível em: <<http://artecult.com/dani-freitas-campanha-nao-e-nao/>>. Acesso em: 27 de jun. 2019.

NÓBREGA, Zulmira Silva. **A festa do maior São João do mundo**: dimensões culturais da festa junina na cidade de Campina Grande. Tese (Doutorado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2010, 316 p.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: Edusc, 2005, 520 p.

PINTEREST. Cartaz da campanha meu corpo não é público. Disponível em <https://br.pinterest.com/pin/199636195966810748/?lp=true> e acesso em 13 jan. 2019.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Ed. Unicamp, 2013, 344 p.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica, linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003, 144 p.

ROZADOS, Daniela Silveira Rozados da Silva. Plataforma Minha Voz - Mulheres Seguras. Disponível em: <<http://www.mulheresseguras.org.br/plataforma-minha-voz/>>. Acesso em: 19 de jul. de 2019.

SAKAMOTO, Leonardo. **O corpo da mulher negra como pedaço de carne barata...** 2018. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/11/04/o-corpo-da-mulher-negra-como-pedaco-de-carne-barata/?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 19 de jul. de 2019.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. **Donas de si?** a educação de corpos grávidos no contexto da Pais & Filhos. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, 198 p.

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso**: Estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008, 264 p.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **A Critique of Postcolonial Reason**: Towards a History of the Vanishing Present. Cambridge: Harvard university Press, 2010.

THINK, Olga. **Chega de fiu fiu**. 2016. Disponível em: <<https://thinkolga.com/2018/01/31/chega-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

Recebido em 02/01/2020

Aprovado em 30/09/2021

Received in 01/02/2020

Approved in 09/30/2021